



Uma usina hidrelétrica ao sul do Brasil: tombar para preservar?

A hydroelectric power plant in the south of Brazil: list to preserve?

PISTORELLO, Daniela<sup>1</sup>

## Resumo

A Usina Hidrelétrica Gustavo Richard, uma das primeiras construídas no estado catarinense no início do século XX, foi a responsável pelo abastecimento de energia elétrica da capital até 1972, ano de sua desativação. Desde então sua edificação passou a sofrer as ações do tempo, motivo este que justificou seu tombamento. Considerando a complexidade do patrimônio industrial em questão e do tombamento como um instrumento de salvaguarda repleto de tensões, este artigo tem o objetivo de analisar os diferentes valores atribuídos à usina hidrelétrica Gustavo Richard presentes no seu processo de tombamento homologado em 2005. De forma geral, a pesquisa apontou que,

1. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente sou bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado/CAPES da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC. Desenvolvo pesquisas relativas ao patrimônio cultural do estado de Santa Catarina, com ênfase em Patrimônio Industrial. Integro Laboratório de Patrimônio Cultural (LabPac), desenvolvo atividades no Laboratório de Ensino de História (Leh) participando das reuniões com alunos da graduação em História no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

Recebido em: 14/02/2017  
Aprovado em: 16/02/2015

tão importante quanto tomar o bem, é atentar para a importância de sua reutilização, discussão fundamental no trato do patrimônio industrial na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** usina hidrelétrica; Santa Catarina; patrimônio industrial; reutilização, tombamento.

**Abstract:** Gustavo Richard Hydroelectric Power Plant, one of the first constructed in the state of Santa Catarina at the beginning of the 20<sup>th</sup> century, was responsible to supply electric power to Florianópolis, capital of Santa Catarina until 1972, year it was turned off. Since its construction has suffered climates interferences, situation that justified its list. Considering its industrial heritage and the list process as a safeguard instrument full of tensions, the intention of this article is analyze the different values attributed to Gustavo Richard hydroelectric plant in its approval process in 2005. In general, this research has pointed out that as important as the good process list, is its reuse, fundamental discussion of industrial heritage nowadays.

**Key-words:** hidreletric power plant; Santa Catarina; industrial heritage; reuse; list.

Construída em 1910, a usina hidrelétrica Gustavo Richard, localizada no município de São José, distante 21 km da capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis, foi a responsável pelo fornecimento de energia elétrica para a região até a década de 1970. Sua desativação, em 1972, tornou obsoleto esse complexo industrial, bem como contribuiu para silenciar (POLLAK, 1989) algumas das memórias ligadas aos diversos tipos de trabalho realizados na usina, tais como os relativos à construção de seu complexo e de sua infraestrutura, a instalação dos equipamentos para geração da energia, a manutenção da maquinaria, dentre outros.

Seu tombamento municipal ocorreu em 2005 e tentou garantir, sem sucesso, sua conservação. Para a prefeitura daquele município este vem sendo um desafio constante. Sua proprietária, a empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), tenta, desde a década de 1980, empreender ações para explorar aquele patrimônio sem, até então, ter logrado êxito. Neste momento, aguarda a emissão de licença da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para a reativá-la.

Tendo em vista a importância que a usina desempenhou ao longo do tempo no estado catarinense, o que justifica a pesquisa em curso, este trabalho tem por objetivo responder as seguintes questões: Quais valores (históricos, sociais, econômicos, patrimoniais) foram atribuídos à usina no seu processo de tombamento? Quais os desafios para preservar este exemplar do patrimônio industrial no estado catarinense? Quais os impactos que o tombamento pode causar no processo de reativação da usina?

Para dar conta dessas respostas, o texto está estruturado da seguinte maneira: num primeiro momento contextualiza o surgimento da usina; num segundo momento, problematiza o conceito de patrimônio industrial bem como apresenta o processo de tombamento realizado em nível municipal e, por fim, analisa os seus impactos nas ações de preservação e conservação previstas para o bem cultural.

## **Luz em Desterro, patrimônio industrial no estado.**

Até o início do século XX, a iluminação pública era uma das principais inquietações

da Câmara Municipal de Desterro<sup>2</sup>, pois a capital do estado de Santa Catarina vivia literalmente às escuras. Inicialmente realizada através da utilização de lampiões que funcionavam à base de azeite de baleia, foram paulatinamente substituídos por gás nos lampiões e posteriormente por querosene, quadro que só mudaria no início do século XX, com o advento da eletricidade.

Como aponta Sérgio Schmitz (SCHMITZ,1998) Florianópolis necessitava de um adequado sistema de iluminação, uma vez que outras cidades como, por exemplo, Joinville<sup>3</sup>, já desfrutavam das benesses da energia elétrica que, aos poucos, também era utilizada para fins industriais. Foi com a finalidade de resolver a precária iluminação pública na Ilha de Santa Catarina que, em 1907, o governador Gustavo Richard concedeu autorização para construir uma usina hidrelétrica em São José, no estado de Santa Catarina, sul do Brasil. Seria essa usina, instalada num ponto estratégico do Rio Maruim<sup>4</sup>, que abasteceria de energia hidrelétrica os municípios de São José, Biguaçu e Florianópolis, impactando, em grande medida, a vida cotidiana das pessoas que ali viviam.

A obra ficou a cargo da empresa luso-inglesa chamada Simmonds & Saldanha, de propriedade dos engenheiros Edward Simmonds e Adriano Saldanha. Para gerenciá-la, foi contratado o engenheiro Miguel Vela, que acabava de retornar da Europa, depois de concluir um curso de aperfeiçoamento na fábrica de geradores da Siemens. A mão-de-obra para a sua construção foi recrutada na região, o que pode ser observado em um álbum fotográfico<sup>5</sup> montado com a finalidade de registrar o processo. As fotografias que compõem esse álbum nos permitem obter algumas informações que a inexistência de outras fontes de pesquisa nos impede de saber.

Depois de 03 anos de trabalho nas instalações do complexo hidrelétrico, em 25 de setembro de 1910, foi inaugurada a luz elétrica na capital. Sem dúvida, a vedete do evento era a usina hidrelétrica (BRITO; VIEIRA, 2015). Com apenas 620 kW, abastecia a cidade na qual estava instalada, o município de Biguaçu, e ainda levava energia elétrica até a capital, através de dois cabos submarinos que atravessavam a Baía Sul, numa obra cuja complexidade era ousada para a época.

O edifício da casa de força possuía uma estrutura em pedra beneficiada e vedações em alvenaria de tijolo aparente que teria aparecido no século XIX, por influência dos

2. Desterro era o nome do atual município de Florianópolis até a proclamação da República, quando foi elevada à categoria de cidade. O acirramento das disputas políticas que culminou com a Revolução Federalista (1893-1895) teve como uma das suas consequências a mudança de seu nome, que foi atribuído por Hercílio Luz em 1894 para homenagear Floriano Peixoto (PEDRO, 1995).

3. A primeira usina do estado de Santa Catarina – a hidrelétrica Pirai – entrou em operação em fevereiro de 1908, dois anos antes da inauguração da usina hidrelétrica Gustavo Richard. Localizada no rio Pirai, município de Joinville, contava, inicialmente, com dois grupos geradores, com 200 kW cada. A partir de ampliações realizadas até 1928, alcançou a potência de 1.552 kW. Pertenceu à Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A. (EMPRESUL), passando, posteriormente, à Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC) (BRITO; VIERIA, 2015).

4. Maruim é o nome de um pequeno inseto de picada dolorosa com ocorrência associada aos manguezais (do *Tupi Mberu'wi*: mosca pequena). A denominação Maruim à hidrelétrica é uma alusão ao rio onde está instalada, porém como uma derivação da palavra original (BRITO; VIERIA, 2015).

5. O processo de construção foi todo documentado pelos fotógrafos Alexandre e Joaquim Margarida a pedido do engenheiro e construtor Adriano Saldanha (um dos sócios da empresa Simmonds & Saldanha). Este conjunto de imagens foi entregue no dia da inauguração oficial do serviço de abastecimento de água em Florianópolis, 08 de maio de 1910, para o governador Gustavo Richard. O álbum, que contém 88 fotografias e 10 retratos, foi luxuosamente encadernado em São Paulo, ostentando na capa de veludo azul uma placa de ouro. Hoje esse álbum se encontra no Museu Histórico de Santa Catarina, localizado no Palácio Cruz e Sousa. Atualmente o álbum está fora de circulação pois encontra-se em restauro. Algumas destas fotografias podem ser consultadas no livro de comemoração aos 50 anos da CELESC (HAMILTON; MARKUN, 2006).

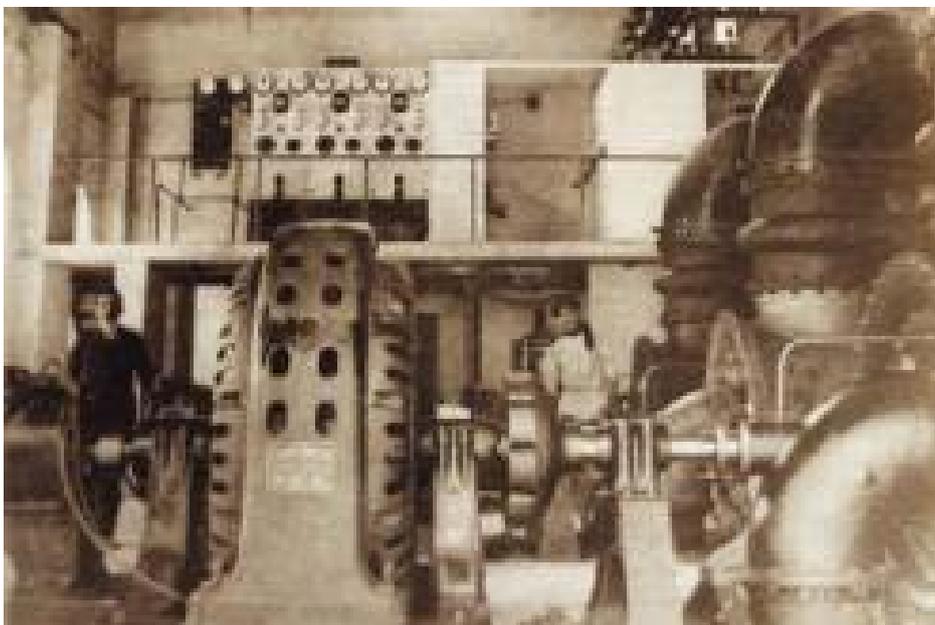
ingleses, começando, muito provavelmente, nas estações ferroviárias (REIS FILHO, 2004). Sua planta é simples, retangular, e o telhado em duas águas apresenta uma variação na porção sul, formando um plano inclinado para o interior do prédio. Este recurso visava aumentar o pé direito no mezanino onde ficavam os painéis de controle e outros equipamentos da Usina.

**Figura 01:** Usina hidrelétrica Gustavo Richard



Fonte: Álbum de fotografia Gustavo Richard, 1910

**Figura 02:** Maquinário da usina hidrelétrica Gustavo Richard



Fonte: Álbum de fotografia Gustavo Richard, 1910

As máquinas eram compostas de três grupos hidroelétricos contendo, cada grupo, uma turbina da potência de 250 cavalos (CUNHA,1995). Os três transformadores, isolavam-na completamente dos maquinistas e do cabo submarino, resultando assim a proteção da usina e dos operadores contra faíscas elétricas e possíveis raios. Com essa

estrutura ela se manteve em funcionamento até a década de 1970.

A distribuição de água e de luz de Desterro ficou a cargo da Simmonds & Williamson desde o início de seu funcionamento até 1918, momento no qual a empresa entregou os serviços de água para a administração estadual (sob a alegação de prejuízos). Permaneceu com a distribuição de energia sob o nome de Companhia de Luz e Força. Em 1924, os serviços de distribuição foram transferidos para a empresa Bayton e Cia., que sob a denominação de Companhia Tração, Luz e Força de Florianópolis, explorou-os até 1929, quando passaram os serviços para a empresa Bonachelli e Cia. (BRITO; VIEIRA, 2015). Em outubro de 1934, o interventor federal Nereu Ramos rescindiu o contrato com a Bonachelli e Cia., sendo transferidos seus bens e instalações para o estado. O engenheiro João Acácio Gomes de Oliveira assumiu os serviços em abril de 1935, mas três anos depois o contrato foi questionado judicialmente e a distribuição de luz e força, em Florianópolis e região, passou novamente para as mãos do estado (BRITO; VIEIRA, 2015).

Em 1955 o governador Irineu Bornhausen criou a Centrais Elétricas de Santa Catarina e a Empresa de Luz e Força de Florianópolis S/A (ELFFA), empresa responsável pelos serviços na capital até a sua incorporação pela própria CELESC em 1964, atual responsável pela usina Gustavo Richard.

Depois de ter trabalhado de forma ininterrupta com seu maquinário original por 62 anos, no dia 14 de setembro de 1972 a usina, devido a sua incapacidade de geração energética para suprir a demanda das regiões atendidas, foi definitivamente desativada. A solução para este problema foi buscar o fornecimento de energia na usina termelétrica de Capivari de Baixo<sup>6</sup>, construída em 1945 e que, a partir de 1950 passou a fornecer energia para os municípios até então atendidos por Maroim. Foi neste contexto que a usina Gustavo Richard deixou de funcionar.

Ela permanece fechada até os dias atuais e tem se convertido em um problema para, no mínimo, três grupos envolvidos diretamente com a usina: a Prefeitura de São José (que a tombou através do Decreto Municipal nº18.707/2005); a CELESC (que tem o interesse de reativá-la, sem, no entanto, torná-la acessível ao público); e os próprios moradores do seu entorno<sup>7</sup>, que passaram a ocupar uma das casas do complexo tombado, assim como as margens do rio Maroim, explorando a área para o plantio de pasto a fim de alimentar o gado que ali é criado.

Sabe-se que a preservação e a conservação de bens culturais quase sempre se configuram como problemas para os técnicos das instituições responsáveis pelo cuidado com o patrimônio cultural. Tanto a falta de verbas para este fim como um enxuto quadro de servidores são, via de regra, empecilhos para a execução de políticas públicas relativas ao patrimônio cultural.

A situação de má conservação dos bens culturais não é uma prerrogativa desta usina especificamente, mas um problema generalizado no Brasil quando o assunto é patrimônio cultural. Isso é ainda mais acentuado no caso de um conjunto de patrimônios

6. Localizada no município de Capivari de Baixo/SC, passou a fornecer energia elétrica para Florianópolis a partir da década de 1950. Considerado o maior complexo termelétrico a carvão da América do Sul, é formado por três usinas térmicas a carvão, com potência total de 853 MW, e inclui o parque gerador da estatal da Eletrosul (atual Tractebel Energia, antiga Gerasul), juntamente com outras duas usinas térmicas (BRITO; VIEIRA, 2015).

7. Os moradores do entorno da usina não foram considerados em nenhum momento deste processo. Não aparecem nem no documento que instrui o tombamento e muito menos nas falas das duas instituições envolvidas.

que são considerados “novos” em relação àqueles que historicamente gozaram de maior prestígio, como, por exemplo, os que foram considerados monumentos históricos e artísticos:

Essa multiplicidade de instâncias de significação, de tradução de outros sentidos possíveis confere aos “novos” patrimônios o papel complexo de sintoma de uma crise da monumentalidade e de promotor de outras formas da simbolização dos objetos e dos signos culturais (JEUDY, 1990, p.71).

Nesse sentido, o patrimônio industrial, testemunho de significativas transformações da produção industrial, emerge como uma nova categoria de patrimônio na medida em que “deixa atrás de si objetos, signos, vestígios vivos de uma cultura técnica (...) que clama por uma nova concepção de patrimônio” (JEUDY, 1990, p.7b).

Tem sido muito recorrente o uso dos termos “patrimônio industrial” e “arqueologia industrial” para se fazer referência aos vestígios resultantes dos processos de industrialização. Na prática, estes conceitos se confundem. Na tentativa de trazer mais elementos para a elucidação dos termos, pondera-se que:

A arqueologia industrial volta-se ao estudo, análise e registro de formas de industrialização do passado – mesmo quando desapareceram os testemunhos materiais – e, por vezes, quando reconhecido o interesse como bem cultural, à sua preservação. Quando se fala em patrimônio industrial, pressupõe-se que tenham sido feitos esses estudos – que devem ser multidisciplinares – e que tenham identificado os bens que possuem interesse para a preservação (KÜHL, 2008, p.45).

Numa outra perspectiva, há a percepção de que a utilização do termo “arqueologia industrial” está bastante associada à própria Carta de Nizhny Tagil<sup>8</sup> de 2003, que ficou conhecida como a “Carta do Patrimônio Industrial”:

Se misturam as questões da arqueologia industrial (que se refere a todas as técnicas e ferramentas de trabalho com as quais o homem transformou a natureza) e do patrimônio industrial, que documentaria estes processos e vestígios a partir da Revolução Industrial, em fins do século XVIII. Acredito que parte desta “mistura de conceitos” vem de reconhecermos que foram os estudos em arqueologia industrial europeus, em meados do século XX, que de fato inauguraram o campo do patrimônio industrial. Eles realizaram levantamentos pioneiros de estruturas, equipamentos e ofícios, em associações de “arqueólogos industriais” ou de historiadores diletantes. Já usar especificamente “patrimônio industrial”, expressão que de mais a mais é muito corrente no Brasil, insiste em todas as manifestações da indústria e de seus correlatos dentro do campo da história contemporânea na datação tradicional. (MENEGUELLO, 2011, p. 250).

8. Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial. O texto da carta foi aprovado pelos delegados reunidos na Assembleia Nacional do *International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), de caráter trienal, que teve lugar em Moscou em 17 de julho de 2003. Disponível em: <<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Nesse sentido, percebe-se o impacto positivo das abordagens em arqueologia industrial que determinaram a criação do campo relacionado ao legado dos processos de industrialização. No entanto utiliza-se, neste estudo, a expressão patrimônio industrial para fazer referência aos vestígios dos processos industriais por acreditar que melhor dialogam com o objeto de estudo apresentado bem como sua abordagem.

Segundo a Carta, pode-se considerar que tal patrimônio é constituído pelos vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinarias, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas.

Também englobam os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto e de educação. Compreende, em resumo, os bens gerados historicamente pelas atividades produtivas e extrativas do homem, assim como aquelas expressões relativas a influência destas atividades na sociedade. Pode-se dizer, portanto, que *“el patrimonio industrial es testimonio de lo cotidiano y, sobremanera, da memoria colectiva del trabajo y del lugar”* (ARECES, 2007, p.13).

O interesse pelo patrimônio industrial é relativamente recente e seu tratamento envolve um conjunto complexo de problemas, tais como os elencados abaixo:

Um deles, por exemplo, decorre das vastas áreas que em geral ocupam os conjuntos industriais, e faz com que sua preservação assuma papel estratégico e esteja ligada de forma indissolúvel com a escala urbana e, muitas vezes, também territorial. Ademais, com frequência, esses complexos estão em zonas centrais de várias cidades e sobre eles incide considerável pressão de especulação imobiliária, fator que deve ser equilibrado com cuidado (KÜHL, 2008, p.22).

O patrimônio industrial pode, ainda, ser considerado como um patrimônio “difícil”. É possível ser entendido como tal por não ser considerado o vestígio industrial um objeto de memória, por ser “de difícil leitura na trama da cidade, de difícil restauro por seu estado de ruína e abandono, ou de dolorosa rememoração” (MENEGUELLO, 2014, p.47).

Em certa medida, é importante que esses vestígios industriais sejam pensados com este grau de complexidade para que seu tratamento e salvaguarda não se orientem para um ideal de “memória rósea” (JEUDY, 1990, p.7), na qual as memórias do mundo do trabalho sejam convertidas em memórias nostálgicas, palatáveis a um público consumidor ávido por “reviver” um passado encantador.

São considerados também patrimônios “difíceis” porque nos desafiam a pensar nas suas significações e nos seus valores atribuídos ao longo do tempo, afinal, sua importância está diretamente ligada à forma como estes sentidos são atribuídos. O patrimônio se define a partir destas relações e não a partir de um suposto valor que se julga estar intrínseco no bem:

[...] os objetos materiais só dispõem de propriedades imanentes de natureza físico-química: matéria-prima, peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica etc. etc. etc. Todos os demais atributos são aplicados às coisas. Em outras palavras: *sentidos e valores* (cognitivos, afetivos, estéticos e pragmáticos) *não são sentidos e valores das coisas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, recicla e descarta*, mobilizando tal ou qual atributo físico (naturalmente, segundo padrões históricos, sujeitos a permanente transformação) (MENESES, 1994, p.27).

Ou seja, fica claro que os valores atribuídos ao bem não são consensuais, não são um dado em si e tampouco evidentes:

[Os valores] se estabelecem nas colaborações ou embates entre sociedade, especialistas, órgãos de preservação, usos econômicos ditados pelo presente e população em geral. [...]. Estabelecem-se também na percepção do que as sociedades entendem como seu dever de transmissão, através de gerações; do que consideram ser suas conquistas culturais (MENEGUELLO, 2014, p.46-47).

Bens culturais relacionados mais especificamente com o patrimônio industrial, como é o caso das usinas hidrelétricas, também podem ser considerados exemplares dos novos e/ou difíceis patrimônios, como explicitado acima.

Responsáveis em grande medida pelo desenvolvimento das cidades (MORTATI, 2013) e pelo importante papel desempenhado pela eletricidade na modernização do Brasil (MAGALHÃES, 2000), as usinas hidrelétricas inauguradas no início do século XX configuram exemplares importantes para compreender muitos dos processos da técnica e tecnologia empregados na geração e produção de energia. Mais do que isso, podem significar acesso às informações relativas ao mundo do trabalho e do trabalhador que já não são mais possíveis devido à ausência ou inexistência de outros tipos de fontes documentais.

Tanto os processos de desindustrialização recorrentes na atualidade, bem como a perda de suas funções originais, contribuíram para que essas usinas se tornassem obsoletas e, muitas vezes esquecidas. A falta da percepção de que esses espaços são espaços memoriais e de que podem ser ressignificados e reutilizados, são responsáveis pela pouca visibilidade que este tipo de patrimônio tem tido até recentemente. Neste sentido, é fundamental ressaltar a importância de projetos de investigação como os desenvolvidos no âmbito do Eletromemória<sup>9</sup> que, embora trate da eletrificação no estado de São Paulo, traz importantes elementos para que se discuta a questão em outros estados e sirva como referência para estes estudos.

As usinas hidrelétricas, consideradas como novos patrimônios, podem ser consideradas de difícil trato, porque normalmente possuem proporções monumentais, sua arquitetura não diz respeito às tradicionais edificações relativas ao passado colonial. O Projeto Eletromemória se destina ao estudo da história da eletrificação no estado de São Paulo no período de 1890 a 2005. Sua primeira fase transcorreu entre 2007 e 2010, investigando as usinas, a documentação de arquivos e a cultura material das empresas CESP (rios Paraná, Grande e Paraíba do Sul), AES-Tietê (rio Tietê), Duke Energy (rio Paranapanema), bem como as subestações do sistema de transmissão da ISA-CTEEP no interior do estado e as da AES-Eletropaulo na Grande São Paulo. A segunda fase foi iniciada em 2013 e engloba as usinas da EMAE, da CPFL e de algumas pequenas concessionárias, construídas entre 1890 e 1960 (MAGALHÃES, 2015).

e normalmente estão localizadas em lugares de difícil acesso. Conformam uma paisagem impactante e complexa marcada, de um lado, pela presença imponente do rio e pela natureza exorbitante e, por outro, pelo conjunto do complexo hidrelétrico composto pela casa de máquinas, motores e turbinas.

Em Santa Catarina o estudo do patrimônio cultural tem se pautado, sobretudo, no que se considera o patrimônio da imigração e a sua conseqüente etnicização:

A história e o patrimônio de Santa Catarina foram prioritariamente interpretados na sua relação com contingentes de europeus que ocuparam e povoaram diferentes áreas do território, desde o século XVIII e sobretudo no século XIX. Assim, haveria uma Santa Catarina “alemã” no norte e no Vale do Itajaí, “italiana” no Vale do Rio dos Cedros e no sul, “polonesa” e “ucraniana” no planalto norte, “açoriana” em sua faixa litorânea (GONÇALVES, 2016, p.175).

Nesse contexto, o patrimônio industrial tem sido alvo de pesquisas isoladas e pouco expressivas no estado de Santa Catarina.<sup>10</sup> Ao mesmo tempo em que artigos, dissertações de mestrado e pesquisas sobre patrimônio industrial vão sendo realizadas<sup>11</sup>, percebemos mais recentemente um movimento em torno da valorização do patrimônio industrial localizado em cidades de tradição de produção têxtil, como é o caso de Blumenau e a região de Jaraguá do Sul, cidades que configuram um polo metalúrgico importante para o estado catarinense, assim como é o caso de Joinville e Criciúma, que se destaca pela atividade mineradora.

No entanto, a preservação do patrimônio cultural de Santa Catarina, tanto em nível estadual, que fica a cargo da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) como em nível federal, de responsabilidade do IPHAN, não reconhece e não privilegia, de forma contundente, o patrimônio industrial do estado. Talvez uma tímida iniciativa possa ser destacada no âmbito da recorrente valorização do patrimônio cultural de alguns grupos étnicos no estado catarinense: museu ao ar livre Princesa Isabel, localizado em Orleans/SC.

Fundado em 1980 e mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE), o museu é uma instituição de caráter tecnológico, histórico e documental que preserva, pesquisa e divulga a cultura material relacionada aos modos de produzir dos imigrantes que ali se fixaram<sup>12</sup>. Está instalado em uma área de 20 mil metros quadrados e é composto por construções, de características tradicionais, que abrangem capela, engenho de farinha de mandioca, estrebaria, galpão de serviços domésticos, cozinha de chão batido, casa do colono, cantina, meios de transporte, engenho de cana-de-açúcar, serraria pica-pau, oficinas artesanais, marcenaria, atafona, balsa, ferraria e monjolo, incluindo as rodas d'água.

10. O trabalho de destaque é o texto pioneiro de Maria de Fátima Piazza, que juntamente com outras duas pesquisadoras, propôs, na década de 1980, uma arqueologia industrial sobre a fábrica de pregos Rita Maria, do industrial Carl Hoepcke (PIAZZA, 1981).

11. Pode-se citar os estudos sobre o patrimônio industrial em Blumenau de (BIELSCHWOSKY, 2009); o patrimônio industrial urbano de Jaraguá do Sul de (SOTO, 2010); as atividades industriais e as memórias do trabalho em Joinville de (CARVALHO, 2013; KALB, 2013) e os trabalhos realizados sobre Criciúma e o carvão de (CAROLA, 2011; COSTA, 1999; VOLPATO, 1989).

12. A criação deste museu recebeu apoio do *Programa História da Tecnologia e da Ciência no Brasil*, do então Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) extinto em 1980. A partir daí suas funções passaram a ser executadas pela Fundação Nacional pró-Memória/IPHAN (IPHAN/FNPM, 1977).

O museu ao ar livre de Orleans se configura como um dos poucos espaços dessa natureza que abriga um acervo composto por peças usadas no cotidiano do trabalho dos colonos do século XIX e assim se mantém nos dias atuais. Pode-se dizer que a criação desse museu foi uma ação que reconheceu a existência de um patrimônio ligado ao trabalho de imigrantes e não ao seu caráter especificamente étnico, como é a tônica da preservação do patrimônio no estado (PISTORELLO, 2015).

Percebe-se que o patrimônio industrial no estado catarinense historicamente não goza de muito prestígio. Em alguns municípios existem ações que tentam salvaguardar remanescentes das indústrias, mas se constituem em exceções, como é o caso da Prefeitura Municipal de São José, responsável pelo tombamento da usina de Maroim, em 2005.

Desde que foi desativada na década de 1970, a usina tem sido periodicamente fonte de debate sobre sua preservação e de preocupação em relação ao seu uso. Ao longo dos anos 1990 as tímidas citações na mídia local fizeram referência à importância de sua reativação, no entanto, sempre num tom muito lacônico, quando não jocoso. Em uma das matérias veiculadas<sup>13</sup>, o então prefeito de São José, Dario Berger, já sinalizava a importância de reativar a usina, pois havia conhecido as Cataratas do Niágara, no Canadá e, por este motivo, considerava importante a preservação do existente complexo energético situado no município.

Em outra matéria do jornal, o texto assinado por Marco Aurélio Silva, trazia o aparentemente inequívoco título: “*Antiga Usina será transformada em museu*”<sup>14</sup>. Nele, o autor afirmava que a primeira usina do estado seria restaurada por meio de convênio e transformada no Museu da Eletricidade do estado de Santa Catarina. Dizia ainda que o arquiteto Dalmo Vieira, representante do órgão de preservação em nível federal, considerava extremamente importante preservar edifícios como este.

Como pode-se perceber nesta matéria, estão presentes alguns equívocos e silenciamentos. Apesar de anunciar o contrário, a usina de Maroim é a segunda mais antiga do estado, construída dois anos depois da de Pirai em Joinville; não há informação consistente sobre a criação do provável Museu da Eletricidade e tampouco alguma referência sobre a sua importância para a história da técnica e da tecnologia do município de São José e do estado de Santa Catarina e muito menos como um importante patrimônio industrial da região. Não se pode deixar de mencionar o incômodo silêncio presente na matéria, relativo aos trabalhadores e ao trabalho exercido na usina.

## Patrimônio como campo de tensão

Repleto de tensões e disputas de toda ordem, o processo de tombamento é uma importante fonte para compreender o patrimônio a partir da noção de *campo*, entendido como um espaço social multidimensional de relações entre agentes que compartilham interesses em comum, mas que não dispõem dos mesmos recursos. Todo o campo seria, ao mesmo tempo, “um campo de forças”, pois constrange os agentes nele inseridos, como um “campo de lutas”, no qual os agentes atuam conforme suas posições, mantendo ou modificando sua estrutura (BOURDIEU, 1996).

13. Jornal *AN Capital*, Joinville/SC, p.5, ago. 1997.

14. SILVA, Marco Aurélio. *Antiga usina será transformada em museu*. Jornal Comunidade de São José, São José/SC, p.2, jun.-jul. 1998.

Em cada campo específico (campo das artes, da ciência, etc.) existe um conjunto de interesses fundamentais compartilhados que garantem sua existência e funcionamento. Como num jogo, no campo há disputas, acordos e negociações.

Os campos são resultados de processos de diferenciação social. A sua forma de ser e o que lhe dá suporte são as relações de força entre os agentes - indivíduos e grupos - e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, é que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo (BOURDIEU, 1983).

São nesses termos que se pode fazer referência ao campo do patrimônio: por definição é um espaço de tensão onde a todo o momento se confrontam gestores, representantes do Estado que, entre outros aspectos, atribuem valor ao bem de pessoas ou instituições que compartilham dos mesmos interesses, mas nem sempre com as mesmas vontades. Nesse sentido, o processo de tombamento pode ser percebido como um instrumento no qual este campo muito bem se expressa, como se observa no processo que tombou a usina de Maroim.

O pedido de tombamento da usina de geração de energia Gustavo Richard foi solicitado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano Social (SEPLAN) do município de São José no início de 2005. O processo contemplava a salvaguarda do complexo composto pelo prédio que abrigava as três turbinas e painéis de controle, calhas que conduziam a água até as turbinas, sistema de barragens e comportas e outras três casas que serviam de sede da administração e moradia dos trabalhadores que ali exerciam suas atividades.

O processo de tombamento de número 13923/05 é relativamente pequeno (composto por 12 páginas, constam poucas informações sobre a usina: curiosamente não há imagens/fotografias do bem e nenhuma informação sobre os trabalhadores). Acompanhou o pedido de tombamento por parte da SEPLAN, o parecer favorável da Prefeitura Municipal, a notificação ao proprietário (no caso, a CELESC), o pedido de impugnação do tombamento e a resposta da prefeitura que se manteve favorável ao tombamento.

Os argumentos utilizados para justificar este pedido giraram em torno do fato da usina ter sido uma das primeiras a serem construídas no estado, além da importância que teve nas transformações urbanas ocorridas no século XX para a região:

A geração de energia deu suporte para a implantação da tecnologia, a urbanização do que hoje é a região metropolitana da Grande Florianópolis [e] só foi possível a partir da energia gerada pela usina Gustavo Richard. Além disso, o entorno do complexo é de uma riqueza grandiosa, visto que a natureza emoldura as construções, dando ares de paisagem rural, ambiência perfeita para a criação de um espaço de memória. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Processo de Tombamento municipal referente a Usina Hidrelétrica Gustavo Richard. PT 13923/05, folha 04.)

Note-se que no pedido de tombamento é assinalada a importância da tecnologia que a usina representa, embora não seja explicitamente reconhecida como um patrimônio industrial. Dá ênfase para a paisagem rural, repetidamente referida em

inúmeros processos de tombamento<sup>15</sup>, nos quais os bens em questão se localizam fora das áreas urbanas. O destaque na importância de sua localização aparece no processo de tombamento quando se sugere um uso para o bem:

Poderia se tornar num espaço efetivo de visitação e de ensino de história e de preservação patrimonial. Além disso, a natureza do entorno pode ser utilizada para criação de trilhas ecológicas, aliando assim a educação ambiental (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Processo de Tombamento municipal referente a Usina Hidrelétrica Gustavo Richard. PT 13923/05, folha 04b).

Importante reforçar uma das questões fundamentais quando se fala sobre o patrimônio industrial: seus possíveis usos. O pedido de tombamento não apenas sinaliza a importância de existirem atividades no local, como sugerem quais seriam estas atividades.

Pelo decreto municipal n.18.707/2005, o Prefeito de São José, Fernando Melquíades Elias (amparado no que dispõe a Lei Orgânica do Município<sup>16</sup> em seu artigo 143, inciso IV e no que dispõe a Lei Ordinária 1605/1985, em seu artigo 174), estabelece, no dia 22 de setembro de 2005 que:

Art.1 - Ficam tombados, por seus valores históricos, artísticos e arquitetônicos, os imóveis localizados à Rua Zita Althoff Koerich, s/n, Sertão do Maroim, São José, a fazer parte do Patrimônio Histórico e Artístico do Município.

Art.2 - O tombamento abrange os exteriores e interiores das edificações, as calhas, os dutos e as comportas que devem ser totalmente conservadas ou restauradas, bem como o patrimônio natural paisagístico que se encontra no entorno.

Parágrafo Único: Quanto aos interiores das edificações ficam ressalvadas as obras e conservação que se fizerem necessárias bem como ao bom uso dos imóveis, a serem aprovadas pela SEPLAN (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Processo de Tombamento municipal referente a Usina Hidrelétrica Gustavo Richard. PT 13923/05, folha 03c).

Em 27 de outubro de 2005 a SEPLAN, representada pelo seu Secretário Municipal José Mendes Damian e pelo Secretário Adjunto Juscelino Melquíades Elias, enviou a notificação de tombamento para a CELESC. O pedido de impugnação foi formulado em 17 de novembro de 2005, pelo Chefe do Departamento Jurídico da Companhia, Ronaldo Jardim da Silva, contendo três alegações: A primeira dizia respeito ao fato de que, embora a CELESC fosse a detentora do contrato de concessão para a geração de energia 15. Pode-se citar como exemplos as justificativas para os 61 tombamentos realizados pelo IPHAN em nome do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina. Os processos tinham como argumento central o fato de que os bens citados conformam uma paisagem cultural da imigração no estado (PISTORELLO, 2015).

16. SÃO JOSE (Município). Lei orgânica do município de São José/SC. Disponível em: < [www.cmsj.sc.gov.br/index.php/lei-organica-do-municipio](http://www.cmsj.sc.gov.br/index.php/lei-organica-do-municipio)>. Acesso em: 20 de jun. 2016.

elétrica no estado de Santa Catarina, a energia elétrica produzida era considerada de propriedade da União e, por este motivo, não seria a CELESC a responsável pelo bem em pauta.

A segunda alegação dizia que, ainda que a usina estivesse desativada naquele momento, ela apresentava um potencial de 600 KW que poderia ser utilizado para auxiliar a sanar a crise energética que atravessava o país, salientando o interesse da companhia em reativá-la. Nesse caso o tombamento seria um entrave para essa iniciativa, e, por isso, se posicionaram contrários ao tombamento.

Por fim, a CELESC alegou que a Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina tomou como referência a Lei Federal 10848/2004<sup>17</sup> que autorizou a empresa a se desfazer de todos os seus ativos de geração e que, por conta disso, a concessionária já estaria providenciando a alienação dos ativos de geração à ANEEL. Nesse sentido, a CELESC opinou desfavoravelmente ao tombamento.

Estes três argumentos expressam ideias recorrentes relativas ao trato do patrimônio industrial quando se fala em tombamento. No primeiro caso, fica clara a intenção da empresa responsável se eximir de qualquer tipo de decisão, afirmando não ser a proprietária legal do bem em questão. Ou seja, ficou apresentada, de forma clara a questão da propriedade do bem.

O segundo argumento enseja uma discussão extremamente pertinente no que se referiu ao patrimônio industrial: as discussões acerca do seu uso e a compreensão equivocada de que sua reutilização seria incompatível com seu tombamento.

O terceiro argumento reforçou o primeiro: a CELESC se eximiu de uma resposta favorável à solicitação, designando a responsabilidade da decisão para instâncias superiores.

Ou seja, numa argumentação marcada pelo contraditório, ao mesmo tempo em que alegou não ser a proprietária da usina, também alegou que, com base em lei estadual, estaria obrigada a desfazer-se dela.

A resposta do Secretário da SEPLAN, enviada em 29 de setembro de 2005 para a CELESC, manteve a decisão do tombamento reiterando a importância do bem para São José, argumentando ainda que:

O ato de tombamento não significa congelamento dos bens em questão, muito pelo contrário, a salvaguarda do patrimônio histórico arquitetônico visa uma ação de repensar as utilizações de tais bens. (...) o tombamento não altera a propriedade do bem, este poderá ser vendido, alugado ou herdado, ou ainda mudado seu uso. Assim sendo, a possível reutilização da usina para geração de energia não estará totalmente inviabilizada, mas necessitará de estudos por parte dos técnicos da SEPLAN e da CELESC para uma adequação e viabilização do empreendimento (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Processo de Tombamento municipal referente a Usina Hidrelétrica Gustavo Richard. PT 13923/05, folha 12d).

17. REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Lei federal 10848/2004* de 15 de março de 2004 que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/lei/10.848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/10.848.htm)> Acesso em: 20 de jun.2016. Esta lei obrigou a todas as empresas do setor elétrico a desverticalizar suas atividades, proibindo as empresas de distribuírem energia gerada por si mesma.

Cabe ressaltar, nessa resposta, que além do parecerista se posicionar favorável ao tombamento da usina, argumentando em prol do seu valor para o município, ele deixou evidente a compatibilidade entre o tombamento e a possibilidade de utilização do bem. Nessa perspectiva, o tombamento garantiu não apenas a salvaguarda do patrimônio, bem como assegurou que as possíveis intervenções nele realizadas sejam executados segundo pressupostos técnicos emitidos por consultores habilitados. O tombamento não garante por si só a conservação do bem, mas assegura num primeiro momento, o seu não desaparecimento.

Ainda que a solicitação de impugnação tenha sido refutada, ela alerta para o fato de que não há consenso nos processos de tombamento, muito menos acerca da definição do que é bem cultural, como comentado anteriormente. Talvez o aspecto mais significativo dos processos de tombamento nos quais existem pedidos de impugnação<sup>18</sup>, seja o fato de que podem revelar os ruídos existentes no trato com o patrimônio. Muitas vezes a falta de informação e conhecimento por parte do impugnante traz como consequência a elaboração de argumentos frágeis e ingênuos, na defesa do seu posicionamento.

Outro aspecto que merece destaque é a ausência das memórias dos trabalhadores no processo de tombamento. Em momento algum aqueles que trabalharam na usina foram convidados a se manifestarem. O embate entre a Prefeitura e CELESC acabou por se tornar um debate meramente técnico, jurídico e, ao mesmo tempo, estéril do ponto de vista das memórias do trabalho, não contempladas em relação a este bem cultural.

### **Tombar para preservar?**

Apesar de tombada, a situação da usina em nada mudou nos anos subsequentes à sua inscrição no Livro Tombo do município. Continuou sendo considerada um problema para a Prefeitura de São José e para os moradores do seu entorno. O Conselho Municipal de Cultura passou a pressionar os responsáveis pela preservação do patrimônio cultural local para que dedicassem atenção para o complexo da usina pois, segundo eles, devido ao seu descuido, tornou-se um ponto de prostituição e uso de drogas.

As visitas a campo permitiram perceber, além da vegetação crescida e descuidada, danos no telhado e nos condutos. Isto também foi verificado no trecho junto à casa de força e junto ao canal de adução, apresentando grandes furos resultantes de processos de oxidação.

---

18. Pode-se citar os casos de impugnação dos Processos de tombamento dos Roteiros Nacionais de Imigração (PISTORELLO, 2015) e os casos e impugnação dos Processos de tombamento de Blumenau (FONSECA, 2014).

**Figura 03:** Interior da casa de máquinas - hidrelétrica Gustavo Richard



Fonte: Acervo da Autora.

**Figura 04:** Condutores de água - Usina hidrelétrica Gustavo Richard



Fonte: Acervo da Autora.

Figura 05: Antiga casa do operador - Usina hidrelétrica Gustavo Richard



Fonte: Acervo da Autora.

Figura 06: Edificação - Usina hidrelétrica Gustavo Richard



Fonte: Acervo da Autora.

As más condições da usina e de seu complexo tornaram-se temas mais frequentes na mídia local. Sob a chamada “A Casa que virou vaso”<sup>19</sup>, o tom da matéria era de denúncia do estado de descuido do complexo da usina e, de forma especial, da edificação que compõe o conjunto, a casa dos Kowalsky, construída por José João Kowalsky em 1922, primeiro administrador da usina.

Novamente a matéria mencionava existência de um projeto para sua recuperação,  
<sup>19</sup>. Jornal *Correio de Santa Catarina*, São José/SC. p.7. 21 a 26 de novembro de 2009.

a cargo da arquiteta Lilian Mendonça Simon, apresentada como a chefe da divisão técnica do IPHAN. Há muitas imprecisões no texto, principalmente em relação aos dados acerca dos entrevistados. A arquiteta mencionada, por exemplo, não é servidora do Instituto, mas da Fundação Catarinense de Cultura.

Em entrevista realizada com Ana Maria Peixoto e Estela Christina Muller,<sup>20</sup> respectivamente chefe da Divisão de Meio Ambiente Celesc Geração e Engenheira do Departamento de Engenharia e Projetos, disseram que em 2009 foi solicitado ao IPHAN um levantamento arqueológico na área na qual se encontra o complexo da usina a fim de receberem as Licenças Ambientais de Instalação (LAI) necessárias para iniciar a obra de transformação da usina em uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH)<sup>21</sup>.

A pedido do IPHAN, o relatório da prospecção arqueológica na área de reativação da PCH Maroim, ficou a cargo da empresa Geoarqueologia Pesquisas Científica Ltda, sob a coordenação do arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva.<sup>22</sup>

O relatório arqueológico foi entregue ao IPHAN em agosto de 2013 e, de forma geral, reiterou a importância histórica do complexo para o estado de Santa Catarina. Por conta dos avanços tecnológicos e por interesses de políticas governamentais de geração de energia elétrica, o estudo apontou a reativação da usina como uma das iniciativas fundamentais na tentativa de sanar problemas com fornecimento de energia. Salientou que seriam necessárias apenas pequenas alterações na estrutura da usina e deixou claro que os maiores impactos ao meio ambiente ficariam a cargo da instalação dos canteiros de obra, necessário às intervenções propostas.

O relatório ressaltou que, em se tratando de um bem tombado pelo município, deve-se ter todo o cuidado para instalar a nova subestação junto à casa de força, como previa o projeto. Por se tratar de bem de valor histórico, foi importante avaliar cuidadosamente os impactos paisagísticos causados pela implantação da referida subestação naquele espaço.

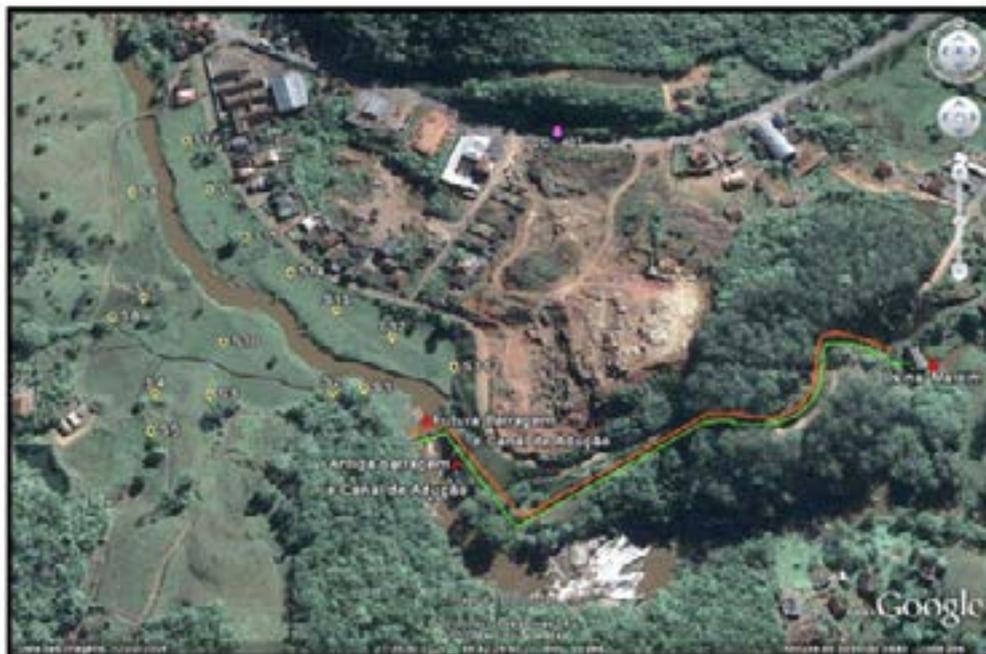
---

20. Entrevistas concedidas à autora em 03 de maio de 2016.

21. Pequena Central Hidrelétrica (PCH), segundo definição da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), é uma usina de pequeno porte com potência instalada maior do que 5 (cinco) MW e no máximo 30 MW. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

22. Levantamento arqueológico prospectivo na área de reativação da PCH Maroim conforme (GEOARQUEOLOGIA PESQUISA CIENTÍFICA LTDA. Relatório da prospecção arqueológica submetida ao IPHAN como requisito parcial à obtenção de Licença ambiental de instalação (LAI). Levantamento arqueológico prospectivo na área de reativação da PCH Maroim. Florianópolis, 2013).

Figura 07: Vista aérea da localização da usina e intervenções



Fonte: Relatório arqueológico prospectivo na área de reativação da PCH Maroim, 2013

Sem maiores considerações acerca dos bens tombados, o relatório concluiu que, ante a inexistência de remanescentes arqueológicos nas áreas de reativação da usina, as licenças ambientais poderiam ser emitidas, ainda sem data para o início das obras.

A Prefeitura Municipal de São José, que até então não tinha conhecimento das ações pretendidas pela CELESC em relação a alteração do perfil da usina, solicitou uma reunião com a diretoria daquela empresa para exigir a manutenção do bem tombado, conforme prerrogativas da Lei de Tombamento Municipal.

Durante quase 5 anos as duas instituições buscaram, sem êxito, realizar uma reunião de trabalho. Esta reunião somente ocorreu em 2016, na sede da CELESC, oportunidade em que se buscou deliberar sobre o uso da usina.

Estiveram presentes na ocasião a Superintendente da Cultura e o Diretor do Patrimônio Cultural do município de São José, um dos diretores da empresa, além desta pesquisadora, na condição de especialista no tema do patrimônio cultural.

A reunião, que durou cerca de duas horas, começou com um pedido de explicações por parte dos representantes da municipalidade acerca do projeto de intervenção na usina, cujo teor até então desconheciam. Para além disto, indagavam sobre as precauções que seriam adotadas em relação ao bem, fazendo menção a norma protetiva. Em resposta, o diretor da empresa informou que desconhecia os procedimentos que deveriam ser adotados em relação ao patrimônio tombado e que a orientação era para enfatizar a produção energética e não restaurar o edifício que abrigava a casa de força, conforme solicitou a municipalidade.

Na sequência, os representantes do município questionaram sobre as formas de apropriação do bem pela comunidade e quais seriam as possibilidades da usina ficar à disposição da comunidade após a sua reforma.

A CELESC, apesar de acolher a preocupação, deixou claro que não elege este ponto como fundamental, haja visto que, segundo a empresa, ações que envolvam interação humana no complexo hidrelétrico, podem acarretar riscos aos munícipes, gastos com a segurança dos envolvidos e/ou gerar dispendiosos custos adicionais, investimento entendido como supérfluo.

Na ocasião esta pesquisadora argumentou sobre a importância das usinas hidrelétricas para a história de Santa Catarina e referiu-se a esta, de maneira especial, na medida de sua importância regional, ressaltando as possibilidades de atividades de educação patrimonial a partir dela.

A percepção dos participantes daquele encontro era de que nenhum argumento apresentado sensibilizou o diretor da empresa que, em seguida, deu por encerrada a reunião. A inquietação que daí decorre, permite a seguinte indagação: O que posicionamentos como este adotados pela empresa podem evidenciar acerca desta categoria de patrimônio?

Em primeiro lugar, um evidente desinteresse e desconhecimento sobre o tema. Em seguida, denotam a ausência de sensibilidade em relação à importância do rico patrimônio industrial que a própria empresa possui. Além disso, fica evidente a total falta de informação a respeito dos bens culturais tombados e sua importância para a sociedade. Por fim, em razão de que a empresa é constituída também por capital público, suas políticas deveriam considerar o patrimônio cultural em suas diretrizes internas.

O fato da usina ser transformada numa PCH não impede que a comunidade possa dela se apropriar. Pelo contrário, isso deveria ser prerrogativa, pois é exatamente a reutilização daquele espaço que vai garantir a sua conservação. Dito de outra forma, a conservação do patrimônio industrial não se realiza para ser contemplativa mas para que através dela se compreenda uma parte da história social e econômica de um período e de um lugar. No caso dessa hidrelétrica, o fato de voltar a gerar energia faz com que este lugar seja tão interessante quanto um espaço musealizado, permitindo que a coletividade possa desfrutar de um local cujas funções foram restituídas:

Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais preserva a fisionomia e as características urbanísticas de uma determinada zona citadina, ao mesmo tempo que evita gastos desnecessários com demolição e posterior construção, contribuindo também para o desenvolvimento econômico sustentado. (CORDEIRO, 2011, p.157)

Além disso, pode-se dizer que a possibilidade de acesso ao patrimônio industrial que teve sua função original restituída, permite uma gama de experiências singulares. Cita-se, como exemplo, uma ação organizada pela Fundação Turística de Joinville, juntamente com o corpo técnico da CELESC daquela cidade, o grupo de Bombeiros Voluntários e o grupo de expedições Cachorro do Mato que promoveu uma visita à usina de Pirai, no dia 19 de novembro de 2011.

O objetivo desta ação foi contemplar as belezas naturais da região e, principalmente, conhecer o sistema de funcionamento da primeira hidrelétrica do estado de Santa Catarina, fundada em 1908, assim como sua integração com o meio ambiente.

Foi a primeira vez que a usina recebeu a visitação do grande público. Esta ação foi amplamente divulgada e contou com a participação de aproximadamente 300 pessoas. As visitas foram organizadas de forma que grupos de até 15 pessoas percorressem um pequeno itinerário proposto pela organização, começando pela trilha de acesso à usina, na sequência entrando na casa de máquinas e, por fim, percorrendo o entorno da edificação com vistas aos condutores de água e a cachoeira.

O ponto alto da visita foi a presença de um dos mais antigos funcionários do complexo, que recebeu os visitantes e se dispôs a explicar o seu funcionamento, ao mesmo tempo em que compartilhou suas histórias profissionais. Ações como esta mostram que é possível estabelecer interações entre o público e o patrimônio industrial dispondo de um mínimo de estrutura e com um pouco de disposição.

Resta-nos responder as três questões preliminarmente formuladas. A primeira delas dizia respeito aos valores atribuídos à usina no seu processo de tombamento. Como foi possível perceber, estes valores se referiram às características arquitetônicas de sua edificação, do seu valor paisagístico e histórico, este último representado principalmente pelo fato da usina ter sido um importante marco na modernização de Florianópolis e região.

Está ausente, no entanto, qualquer menção a este patrimônio como aquele ligado à indústria ou à memória do trabalho e/ou do trabalhador realizados naquele espaço, fato que se percebe como preocupação de demandas atuais. Mais do que isso, ausentes estão o próprio trabalhador daquele espaço. Não há invocação de memórias relativas ao seu cotidiano de trabalho, bem como os desafios do seu ofício. Trata-se de um patrimônio industrial desumanizado, cujo personagem central dessa história não está contemplado nos embates travados entre o poder público e a empresa que o mantém. Que sentido possui o patrimônio industrial sem a presença daqueles que o consagraram?

A segunda questão gravitou em torno dos desafios da preservação do patrimônio industrial de Santa Catarina. Em primeiro lugar, é necessário que a própria população reconheça nos vestígios industriais uma possibilidade de compreender os processos históricos de produção industrial existentes no estado. Isso implica em deslocar o olhar das práticas patrimonialistas que levam em conta exclusivamente o patrimônio cultural de caráter étnico para perceber, quem sabe, os diferentes mundos do trabalho que atravessam esses grupos.

Por fim, diante do caso estudado, cabe refletir a respeito dos impactos que o processo de tombamento pode causar na reativação da usina. Em primeiro lugar, há que se ressaltar que a CELESC e SEPLAN não compartilharam de uma mesma ideia a respeito da importância da usina para a comunidade na qual está inserida. Isso fez com que o tombamento se tornasse um meio litigioso de garantir, de forma compulsória, a salvaguarda do bem. Nesse sentido, sua inscrição no livro Tombo garantiu, com eficiência, sua preservação como patrimônio histórico municipal. Mesmo que a usina venha a sofrer intervenções estruturais, é o fato de ser um bem com proteção legal, que impedirá sua descaracterização, o que não é algo sem importância.

Por outro lado, a possibilidade de transformá-la em uma PCH e, dessa forma, restituir sua função original, traz uma possibilidade real de conservação que o tombamento por si não garante, além de permitir a retomada da sua exploração econômica, ficando claro que o processo de tombamento não impede esta ação.

No entanto, a simples formalização de um bem como patrimônio industrial é suficiente para que ele cumpra o papel de ensinar sobre os processos produtivos pertinentes à eletrificação? Parece óbvio que não. A salvaguarda é somente um dos instrumentos que corroboram e acenam para a possibilidade de construção de mecanismos e políticas afirmativas de educação e apropriação do bem. Estas ações, adequadamente coordenadas e norteadas por interesses coletivos de apropriação, constituem o grande desafio contemporâneo no trato do patrimônio industrial.

## Referências Bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/>> Acesso em: 03 mar.2015.

ARECES, Miguel Ángel Álvarez. *Arqueología industrial*. El pasado por venir. Colección La herencia recuperada. Gijón: Editora CICEES, 2007.

BIELSCHOWSKY, Bernardo Brasil. *Patrimônio industrial e memória urbana em Blumenau/SC*. 2009. 211 f. Dissertação (mestrado em Arquitetura). UFSC. Florianópolis/SC, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, n. 39. São Paulo: Editora Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

BRITO, Paulo Sá; VIEIRA, Luiz Cézare. *Histórias de Luz*. Em comemoração aos 60 anos da Celesc. Florianópolis: Officio, 2015.

CAROLA, Carlos Renato (org.) *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

CARVALHO, Murilo Teixeira. *Patrimônio industrial, o território fabril sob a lente da (i) materialidade*. 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville. Joinville/SC, 2013.

COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). *Carta de Nizhny Tagil*. Moscou, 2003. Versão em português disponível em: <<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

CORDEIRO, José Manuel Lopes Cordeiro. Desindustrialização e salvaguarda do patrimônio industrial: problema ou oportunidade? *Oculum Ensaios*, Campinas, n. 13, p. 154-165, jun. 2011.

COSTA, Marli de Oliveira. *Artes de Viver: Recriando e Reinventando Espaços-Memórias das Famílias da vila Operária Mineira Próspera/ Criciúma (1945-1961)*. 1999. 206 f. Dissertação. (Mestrado em História). UFSC. Florianópolis, 1999.

CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da. *Gustavo Richard: Um republicano histórico em Santa Catarina*. Brasília: Editora do Senado, 1995.

FONSECA, Karla F. *Patrimônio em contraste: as ações de litígio na proteção do patrimônio edificado em Blumenau/SC (1980-2010)*. 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado

em História). UDESC. Florianópolis/SC, 2014.

GEOARQUEOLOGIA PESQUISA CIENTÍFICA LTDA. *Relatório da prospecção arqueológica submetida ao IPHAN como requisito parcial à obtenção de Licença ambiental de instalação (LAI)*. Levantamento arqueológico prospectivo na área de reativação da PCH Maroim. Florianópolis, 2013.

GONÇALVES, Janice. *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

HAMILTON, Duda; MARKUN, Paulo. *CELESC: 50 anos de luz*. Florianópolis: Abecelesc, 2006.

IPHAN/FNPM. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional/fundação Nacional pró-Memória. *Projeto Industrias Familiares dos imigrantes*. Obra-Tratado 0638, P.2544.1, folha 07,07. Arquivo IPHAN. Brasília: Centro Nacional de Referências Culturais, 1977.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: forense Universitária, 1990.

Jornal *AN Capital*, Joinville, p.5, ago.1997.

Jornal *Correio de Santa Catarina*. São José, p.3, nov. 2009.

KALB, Christiane Heloisa. *Patrimônio industrial: As memórias dos ferramenteiros em Joinville*. 2013. 205 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville. Joinville/SC, 2013.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2008.

MAGALHÃES, Gildo. Da usina à população na velocidade da luz: fios elétricos e desenvolvimento. *Revista Labor e Engenho*, Campinas, vol.9, n.1, p. 06-18, jan-mar. 2015.

MAGALHÃES, Gildo. *Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

MENEGUELLO, Cristina. *As ruínas do futuro e o novo patrimônio Industrial*. Entrevista concedida à Anaxsuell Fernando da Silva e Wagner do Nascimento Rodrigues. UNICAMP, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/contexto/article/viewFile/1041/569>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios sombrios, memórias difíceis. In. FLORES, Maria Bernadete; PETERLE, Patrícia. *História e Arte. Herança. Memória, patrimônio*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014. p. 46-65.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao Laboratório de História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo, vol. 2, n. 1, p.9-42, jan-dez. 1994.

MORTATI, Débora Marques de Almeida Nogueira. *A implantação da hidroeletricidade e o processo de ocupação do território no interior paulista (1890-1930)*. 2013. 380 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil). UNICAMP. Campinas/SP, 2013.

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: A imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes; BARRETO, Maria Therezinha Sobierajski; SOUZA,

Sara Regina Silveira de. *A fábrica de pontas “Rita Maria” - um estudo de arqueologia industrial*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

PISTORELLO, Daniela. *O Brasil da diversidade? Patrimônio e paisagem cultural no projeto Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina*. 2015. 221 f. Tese. (Doutorado em História). UNICAMP. Campinas/SP, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Processo de Tombamento municipal referente a Usina Hidrelétrica Gustavo Richard. PT 13923/05.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Lei federal 10848/2004* de 15 de março de 2004 que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/lei/10.848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/10.848.htm)> Acesso em: 20 de jun.2016.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Estação da Cultura: patrimônio ferroviário do povo de Campinas*. São Paulo: Via das Artes, 2004.

SÃO JOSE (Município). *Decreto municipal n.18.707/2005 de 22 de setembro de 2005*. Dispõe sobre o tombamento do complexo da usina de geração de energia do Sertão do Maroim e dá outras providências.

SÃO JOSE (Município). *Lei orgânica do município de São José/SC*. Disponível em: <[www.cmsj.sc.gov.br/index.php/lei-organica-do-municipio](http://www.cmsj.sc.gov.br/index.php/lei-organica-do-municipio)>. Acesso em: 20 de jun. 2016.

SCHMITZ, Sérgio. Introdução à História da Iluminação Pública. *Revista Ágora*. Florianópolis, v. 1, n.25, p. 14-16, 1998.

SILVA, Marco Aurélio. *Antiga usina será transformada em museu*. Jornal Comunidade de São José, São José/SC, p.2, jun-jul. 1998.

SOTO, Anne Elise Rosa. *Patrimônio industrial edificado urbano de Jaraguá do Sul/SC*. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). UFSC. Florianópolis/SC, 2010.

VOLPATO, Terezinha Guasho. *Os trabalhadores do carvão: a vida e a luta dos mineiros de Criciúma*. 1989. 404 f. Tese. (Doutorado em Sociologia). USP. São Paulo/SP, 1989.